

A comunicação alternativa do jornal *A Plebe* (1917)¹

Fernando Figueiredo STRONGREN²

Universidade de Brasília, Brasília, DF

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar se o jornal anarquista *A Plebe* (1917) pode ser considerado uma forma de comunicação alternativa, tal qual proposta por Máximo Simpson Grinberg, e alimentado o operariado paulistano com informações contra-hegemônicas. Para tanto, utilizamos como instrumento metodológico a análise de conteúdo para analisarmos os artigos de fundo das 19 edições da primeira fase de *A Plebe*, publicados entre 9 de junho de 1917 e 30 de outubro do mesmo ano, para compreender se os conteúdos dos mesmos buscavam promover a mudança da realidade da época. Ao fim do artigo, podemos afirmar que, apesar do conceito de comunicação alternativa ter sua origem nos meios de comunicação desenvolvidos sob os regimes militares na América Latina, suas características básicas também estão presentes no início do século em jornais com *A Plebe*.

PALAVRAS-CHAVE: história do jornalismo no Brasil; jornalismo anarquista; comunicação alternativa; *A Plebe*.

Introdução

Ao introduzir a imprensa alternativa no Brasil, Bernardo Kucinski aponta que esta seria herdeira direta do jornalismo anarquista praticado no país quase meio século antes, uma vez que ambas exercem a “função social de criação de um espaço público reflexo, contra-hegemônico” (KUCINSKI, 2001, p. 10). Porém, apesar de ambas as práticas – o jornalismo anarquistas da virada do século XX e a imprensa alternativa dos anos 1960 a 1980 – compartilharem uma posição a margem do jornalismo tradicional, é preciso compreender melhor em que pontos os militantes anarquistas e os jornalistas revolucionários³.

Para atingir tal objetivo de compreender melhor a relação entre a comunicação alternativa e o jornalismo anarquista do início do século XX apresentada por Kucinski, propomos neste artigo uma análise dos artigos de fundo que abrem as edições da primeira fase do jornal

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste realizado de 19 a 21 de maio de 2016.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação da professora doutora Liliane Maria Macedo Machado. Bolsista Capes. Email: f.strongren@yahoo.com.br.

³ Adotamos essa expressão em alusão ao título do livro de Kucinski (2001): *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*.

anarquista *A Plebe*, publicado em São Paulo, entre 9 de junho de 1917 e 30 de outubro do mesmo ano, sob a luz do conceito de comunicação alternativa formulado por Máximo Simpson Grinberg (1987).

A escolha por *A Plebe* dar-se-á não só por ser um dos mais longevos jornais anarquistas do Brasil, tendo sido publicado até 1951 com algumas interrupções, como também por sua posição central no que Cristina da Silva Roquette Lopreato (1996, p. 17-18) entende como marco histórico na constituição da classe operária no Brasil: a Greve Geral de 1917.

O jornal publicado pelo tipógrafo e militante anarquista Edgard Leuenroth teve sua primeira edição no dia 9 de junho de 1917 – pouco mais de um mês antes da eclosão da greve geral que mobilizou mais de cem mil trabalhadores da capital paulista e parou São Paulo entre os dias 12 e 16 de julho daquele ano – e encerrou sua primeira fase em 30 de outubro do mesmo ano, após 19 edições e um suplemento⁴. Apresentado como continuação do jornal *A Lanterna*, veículo anticlerical inaugurado em 1901, *A Plebe* reunia editores experientes para a cobertura dos fatos que antecederam e sucederam a Greve Geral de 1917, apresentando os fatos sob a perspectiva dos militantes anarquistas que colaboravam com o jornal.

Para realizarmos a análise aqui proposta, lançaremos mão do método de análise de conteúdo. Tal opção nos permite identificar os principais temas abordados nos artigos de fundo que abrem as edições de *A Plebe*, sua classificação e tratamento. A obtenção destes dados nos permitirá inferir, a partir do contexto da época em que foram publicados, se o jornal se adequa ou não ao conceito de comunicação alternativa de Grinberg.

Como nos apresenta Fonseca Júnior (2012, p. 289 et. seq.), a análise de conteúdo tal qual proposta por Laurence Bardin conta com quatro etapas: organização da análise, codificação, categorização e inferência⁵.

A organização da análise conta com três fases, começando pela pré-análise, onde o trabalho é planejado e sistematiza-se as ideias iniciais, a exploração do material, codificando-o com base em regras pré-estabelecidas, e o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação, onde os resultados brutos são tratados para se tornarem significativos e válidos.

Em seguida, parte-se para a codificação, onde o pesquisador transforma os dados brutos sistematicamente, segundo regras de enumeração, agregação e classificação, de forma que

⁴ Todas as edições por nós estudadas estão digitalizadas e disponíveis on-line no site da Biblioteca Terra Livre (<https://bibliotecaterralivre.noblogs.org/biblioteca-virtual/jornais/a-plebe/>).

⁵ Fonseca Júnior (2012, p. 289) indica uma quinta etapa, o tratamento informático, que não será utilizada por nós nessa pesquisa.

fiquem mais evidentes as características do material coletado. São fases da codificação: o recorte das unidades de registro e contexto; escolha das regras de enumeração; e as escolhas das categorias.

A terceira etapa da análise de conteúdo é a categorização. Nesta etapa, o pesquisador deve classificar e reagrupar as unidades de registro em um número reduzidos de categorias, evidenciando as características levantadas na análise.

Concluída a categorização, segue-se para a inferência, onde procura-se evidenciar os elementos implícitos nas mensagens analisadas. Nas palavras de Bardin, a inferência permite identificar “as variáveis psicológicas do indivíduo emissor, variáveis sociológicas e culturais, variáveis relativas à situação da comunicação ou do contexto de produção da mensagem” (Bardin, 1988, p. 40 apud FONSECA JÚNIOR, 2012, p. 299).

Antes de avançarmos sobre a análise de nosso objeto de pesquisa, apresentamos na próxima seção o conceito de comunicação alternativa de Grinberg, que servirá como base para nossa análise de *A Plebe*. Em seguida, faremos uma apresentação da imprensa anarquista no Brasil e do jornal que é nosso objeto de estudo. Por fim, trazemos na quarta seção nossas análises sobre o conteúdo de *A Plebe* sob a luz do conceito de comunicação alternativa, antecedendo as considerações finais deste estudo.

A comunicação alternativa

Tal qual ocorre com o jornalismo, que deve ser entendido como uma forma de comunicação, para compreender o jornalismo alternativo devemos partir da ideia de comunicação alternativa. Para Grinberg, a comunicação alternativa surge da necessidade das classes populares produzirem mensagens com conteúdos diferentes ou opostos àqueles difundidas pelos meios hegemônicos. A comunicação alternativa “aparece então como parte de uma atividade que transcende, vinculado sempre ao propósito de *modificar em algum sentido a realidade*” (GRINBERG, 1987, p. 24, destaques no original).

Ao notar o objetivo central de modificar a realidade, Grinberg escapa da perspectiva que entende o jornalismo alternativo como aquele que está à margem da rede de distribuição, colocando-o como prática comunicacional cujo conteúdo vise questionar o *status quo*. Em *Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades*, Grinberg (1987, p. 21) afirma ser fundamental o estudo do conteúdo para a compreensão da comunicação alternativa, definindo este conteúdo sob quatro aspectos fundamentais: a) os temas abordados ou o que

se considera notícia; b) a hierarquização das informações; c) a classificação e tratamento das informações; e d) a linguagem.

Questionar sobre os temas abordados pelos jornais e sua hierarquia, permite-nos compreender a representação da realidade que os editores pretendem passar para seu público, sobre quais acontecimentos relevantes eles querem informar seu público. Essa representação da realidade passará, necessariamente, pela seleção dos acontecimentos que virarão conteúdo noticioso.

O terceiro aspecto do conteúdo destacado por Grinberg diz respeito à forma como o jornal se estrutura e classifica as notícias por áreas da realidade. Isso diz respeito não só ao recorte da realidade, mas também sobre como os fatos são inter-relacionados ou classificados de modo estanque em representações polarizadas da realidade. O furto de uma padaria por um adolescente em situação de rua é um caso meramente policial ou merece um destaque por exemplificar a fome e a miséria resultante do sistema capitalista? A Revolução Russa merece apenas pequenas notas na sessão internacional ou é um fato relevante e que pode servir de inspiração ao proletariado brasileiro, por isso merece análises e comentários mais aprofundados? É identificando como os conteúdos são classificados e retratados que podemos “dar a pauta acerca do caráter de um meio, do grau em que configura uma opção real ou é, pelo contrário, um eco do poder, embora disfarçado de ‘alternativa” (GRINBERG, 1987, p. 21).

Por fim, Grinberg destaca a importância da linguagem no conteúdo dos meios de comunicação alternativa. Para o autor, a imprensa alternativa surge “quando se faz necessário para gerar mensagens que encarnem concepções diferentes ou opostas às difundidas pelos meios dominantes” (GRINBERG, 1987, p. 24), de modo que a comunicação alternativa está necessariamente atrelada ao propósito de modificar algum aspecto da realidade, questionando o *status quo*. São essas características que vão definir o discurso da comunicação alternativa, um discurso que “deve ser, explícita ou implicitamente, pela escolha dos temas, por sua classificação e seu tratamento, claramente aberto e antiautoritário” (ibidem, p. 30).

Desta forma, ao analisarmos os artigos de fundo que abrem as 19 edições que compõem a primeira fase do jornal *A Plebe*, buscaremos identificar em seu conteúdo os seguintes indicadores: a) temas abordados; b) hierarquização dos conteúdos; c) classificação e tratamento dos conteúdos; d) discurso antiautoritário.

A imprensa anarquista no Brasil

Desde que desembarcou no Brasil, na segunda metade do século XIX, com os imigrantes europeus e com jovens brasileiros que tinham ido estudar na Europa, o anarquismo foi protagonista do movimento operário brasileiro até meados da década de 1920⁶. Segundo Maria Nazareth Ferreira (1988, p. 10), essa ligação entre o movimento operário e o anarquismo, em especial o anarcossindicalismo, foi tão forte que deixou suas marcas não só na organização do proletariado que começava a se organizar como também no conteúdo e na forma de produção da imprensa operária no Brasil.

A proliferação da imprensa anarquista nesse período é destacada pelo número de títulos e por sua localização distribuída em todo o território nacional. Na lista de principais veículos da imprensa operária e social brasileira, Edgar Rodrigues (1997) soma mais de 500 títulos, entre anarquistas, socialistas, de classe e sociais, publicados entre 1845 e a década de 1940. Destacando apenas a imprensa operária produzida no Brasil entre o último quarto do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, Ferreira aponta a existência de “aproximadamente 343 títulos de jornais espalhados pelo território brasileiro” (1988, p. 14), sendo que

deste total, 149 títulos encontravam-se no Estado de São Paulo, dos quais 22 foram publicados fora da capital; cem títulos editados no Rio de Janeiro, onde apenas sete situavam-se fora da capital; 94 títulos encontravam-se distribuídos por outros Estados, destacando-se o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Paraná. Dos 343 títulos encontrados nesse período, sessenta eram editados em idioma estrangeiro, sendo um em alemão, quatro em espanhol e 55 em italiano (FERREIRA, 1988, pg. 14).

Como explica Ilka Stern Cohen (2015, p. 122), os militantes anarquistas no Brasil se dividiam em duas correntes: o anarcocomunismo, que preconizava a autonomia operária e a ação direta – boicote, greve e sabotagem – como meio de destruir a ordem burguesa, e o anarcossindicalismo, que defendiam a organização da classe operária em sindicatos, como forma de organizar a luta proletária e para realizar a revolução social. Com predomínio

⁶ Edgar Rodrigues aponta como causas do fim do protagonismo anarquista no movimento operário brasileiro três fatores: a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, que arregimentou diversos militantes e líderes anarquistas no Brasil, e colocou em prática diversas ações para desestabilizar seus oponentes libertários; a perseguição do governo de Arthur Bernardes aos militantes, que eram expulsos ou enviados ao campo de concentração de Clevelândia, no Amapá, e aos sindicatos, que foram fechados e tiveram seus jornais proibidos de circular; e, por fim, a criação dos sindicatos controlados pelo estado (RODRIGUES, 1997, p. 32-33).

desta última, os militantes anarquistas no Brasil preocuparam-se em fundar suas ligas, uniões e sindicatos, que logo faziam circular seus próprios jornais.

Como dissemos anteriormente, a ligação entre o movimento operário e o movimento anarquista era tão forte no início do século XX no Brasil que suas práticas se confundem. Esse fato leva a algumas dificuldades para quem pretende pesquisar um recorte específico desse período, como é o nosso caso com o jornalismo anarquista, pois o movimento operário, social e anarquista – assim como a imprensa operária, social e anarquista – se tornam um corpo difícil de se distinguir.

Um bom começo para entender a diferença entre o jornalismo anarquista e as outras formas de jornalismo contra-hegemônico é, parafraseando Ferreira (1988, p. 5), partir do princípio de que quando falamos de jornalismo anarquista imaginamos, do ponto de vista do emissor, um jornalismo produzido por anarquistas; se adotamos o ponto de vista do receptor, seria um jornalismo voltado para os militantes anarquistas e operários em geral; e, na perspectiva da mensagem, podemos entender o jornalismo anarquista como aquele cuja temática básica trate de temas de interesse dos anarquistas.

Avançando nessa distinção, o historiador Marcos Aurélio Santana Rodrigues distingue a imprensa operária e anarquista pelas questões que abordavam e fins que estabeleciam, mesmo em uma época onde a influência do anarquismo estava presente na imprensa operária.

Se por um lado os periódicos anarquistas estavam preocupados em discutir as questões sociais e do mundo do trabalho, inserindo-se principalmente no sindicalismo, por outro lado os periódicos operários de influência anarquista estavam mais preocupados com questões pontuais que se relacionavam com as demandas e com os cotidianos das próprias categorias de trabalhadores. Neste sentido, mesmo que influenciados pelo discurso e pelos métodos anarquistas, os redatores e colaboradores destes periódicos parecem ter se preocupado mais com os problemas a resolver nas suas relações de trabalho do que com um processo de mudança social mais radical (RODRIGUES, M., 2009, p. 179).

Desta forma, encontramos uma primeira distinção entre o jornalismo operário e o jornalismo anarquista no objetivo principal deste último com a revolução social e não com a reforma das relações de trabalho. Partindo da mesma distinção entre o caráter reformista e revolucionário, também podemos separar os jornais anarquistas da imprensa social em geral, que defendia melhorias das condições dos trabalhadores dentro do sistema de estado capitalista.

Por fim, cabe distinguir o jornalismo anarquista de duas outras formas comuns de

jornalismo contra-hegemônico existente na virada para o século XX, a saber, o socialista e o anticlerical. Tanto no levantamento de Ferreira (1988) quanto no de Edgar Rodrigues (1997), o jornalismo operário/social no Brasil chega com os seguidores do socialista francês Charles Fourier⁷ ainda na primeira metade do século XIX. Porém, esses primeiros jornais, mesmo se colocando ao lado da emancipação da classe operária, não tinham como base os ideais anarquistas. Por sua vez, os jornais anticlericais reuniam militantes anarquistas, socialistas e membros de outros grupos de intelectuais que focavam seu conteúdo na crítica à igreja católica, além de lutar pela causa operária e publicar textos com ideais anarquistas. Assim, podemos entender o jornalismo anarquista como aquele que vem combater, sob os ideais do anarquismo, todas as formas de exploração do ser humano, cumprindo a função, nas palavras de Francisco Foot Hardman, “de articuladora de interesses históricos de classe, como fator de agitação e de propaganda, na tentativa de aglutinar elementos de uma consciência operária comum” (HARDMAN, 2002, p. 311).

Por meio do conteúdo classista e do discurso libertário que imprimiam em seus jornais, os militantes anarquistas, afirma Marco Aurélio Santana Rodrigues (2009, p. 179), procuravam criar identidades, formar sujeitos anarquistas. Nas páginas dos jornais, esse conteúdo classista e o discurso libertário não estavam separados. Fato e opinião⁸ ainda se misturavam na construção do discurso jornalístico, informando seus leitores sobre a realidade da classe operária no Brasil e no mundo, ao mesmo tempo em que buscava formar neles uma consciência de classe, isto é, de que pertenciam a um mesmo grupo – o proletariado – no qual eram alvo da exploração das classes política e econômica dominantes.

Para isso, os editores abordaram os mais variados temas e utilizavam das mais diversas formas discursivas, tais quais matérias, artigos de opinião e textos teóricos, charges e ilustrações, para estimular nos operários os ideais de liberdade, emancipação, autonomia e solidariedade. Entre os conteúdos abordados estavam denúncias sociais, informes sobre o movimento operário no Brasil e no mundo, críticas ao estado, à burguesia, à igreja e às instituições militares, charges políticas, literatura, artigos em defesa de direitos, sobre o

⁷ O francês Charles Fourier (1772-1837) foi um importante socialista da primeira metade do século XIX. Suas ideias chegaram ao Brasil poucos anos depois de sua morte, pelas mãos de seus seguidores, que não só fundaram os primeiros jornais operários/sociais, tais quais *O Socialista da Província do Rio de Janeiro* (1845) e *O Progresso* (Recife, 1846), como também fundaram a Colônia do Saí, em Santa Catarina, no ano de 1841, colocando em prática os ensinamentos de Fourier.

⁸ Segundo Clovis Barros Filho (1995, p. 22), foi com o Positivismo que surgiu a distinção entre fato e juízo de valor, que influenciou as ciências humanas na segunda metade do século XIX e deixou suas marcas no jornalismo com a distinção entre jornalismo informativo e opinativo.

anarquismo e a necessidade de organização de autores locais ou de grandes teóricos do anarquismo, divulgação de eventos e atividades culturais, além de anúncios que ajudavam a sustentar os jornais.

A Plebe

No dia 9 de junho de 1917 chegava às ruas de São Paulo e outras regiões do Brasil a primeira edição do jornal *A Plebe*. O novo jornal era, como afirmava o artigo de fundo da primeira edição, a continuação do jornal anticlerical *A Lanterna*, propondo ampliar suas esferas de ação, combatendo não só o clericalismo e a Igreja Católica, mas também o estado, a burguesia e o militarismo.

Para se conseguir vencer o monstro social que infelicitava o povo produtor não bastará decepar-lhe uma de suas monstruosas cabeças que, como as da hydra de Lerna, renascem com redobrado vigor para a sua maléfica acção. [...] A humana espécie sómente poderá considerar-se verdadeiramente livre e começar a gosar da felicidade da qual é merecedora quando sob os escombros fumegantes desse burgo podre que é o regimen burguez desaparecerem para todo o sempre, com a maldição de todas as gerações soffredoras, o Estado, a Igreja e o militarismo (LEUENROTH, 1917, p. 1).

E serão essas cabeças da hidra que serão alvo constante do conteúdo publicado ao longo das 19 primeiras edições de *A Plebe*.

Com edições semanais de quatro páginas publicadas aos sábados, a primeira fase do jornal foi dirigida por Edgard Leuenroth e durou 19 edições – de 9 de junho de 1917 a 30 de outubro do mesmo ano – com um suplemento do dia 15 de setembro. Entre os temas abordados nas páginas de *A Plebe* estão as informações sobre greves que aconteceram antes e depois da Greve Geral, tanto na capital paulista, como no interior do estado, outras regiões do Brasil e até na Argentina; sobre organizações operárias em diversas regiões do estado de São Paulo e do Brasil; notícias do movimento anarquista na Europa e da perseguição policial e política ao movimento operário e à imprensa anarquista. Depois da greve, o jornal assume a função de fiscal do cumprimento dos acordos que deram fim ao movimento paredista, alertando quando este era infringido ou sua prática era postergada. Além disso, o jornal trazia poesias, artigos de cunho pedagógico sobre a exploração do capital, abuso do patronato e da burguesia, artigos anticlericais, contra a I Guerra Mundial e a participação do Brasil nesta e propagandas que variavam de um terço da página até toda a última página do jornal. Nas ilustrações, *A Plebe* apresentava, majoritariamente, charges de

cunho político, contra a guerra, a igreja, a exploração do proletariado e a repressão aos movimentos grevistas, nota-se também o uso de fotografias a partir da sexta edição com imagens da greve e de algumas personalidades do movimento operário e anarquista.

A Plebe: um jornal alternativo

Como apresentamos anteriormente, Grinberg (1987) coloca o conteúdo como ponto central na compreensão da comunicação alternativa, destacando como indicadores os temas abordados pelo meio de comunicação, a hierarquização dos conteúdos, classificação e forma de tratamento dos mesmos e o discurso antiautoritário. Ao optarmos por analisar os artigos de fundo⁹ que abrem as 19 edições da primeira fase de *A Plebe*¹⁰, podemos abstrair o conteúdo que os editores do jornal pretendiam debater em cada edição. Como destaca Luiz Beltrão (1980, p. 55), os artigos de fundo são uma ótima fonte para identificar como os jornais entendem um determinado tema, pois é nele que o jornal transmite sua posição ideológica e compreensão sobre os principais assuntos da época.

Logo, dos quatro indicadores citados por Grinberg, a escolha pela análise dos artigos de fundo já denota a hierarquia dos temas por eles abordados como sendo os de maior relevância para aquela edição. Assim, ao identificarmos os temas abordados, o tratamento dado a eles e se seu discurso é antiautoritário, seremos capazes de afirmar se o jornal *A Plebe* é ou não uma forma de comunicação alternativa.

Da análise dos artigos de fundo que abrem as edições de *A Plebe* identificamos 16 temas, sendo eles: crítica ao estado, greve, anticapitalismo, Greve Geral, perseguição ao movimento operário, revolução social, questão social¹¹, exploração da classe operária, organização operária, perseguição policial, I Guerra Mundial, ação direta, Revolução Russa, anticlericalismo, assassinato de Ferrer i Guàrdia e anarquismo. Como os artigos analisados normalmente abordavam mais de um dos temas, fizemos uma classificação em dois níveis, o primeiro com os temas gerais abordados e, em um segundo estágio, o tema principal do artigo, sendo que 12 temas foram centrais nos 19 artigos analisados: crítica ao estado, greve, anticapitalismo, perseguição ao movimento operário, revolução social, questão

⁹ Segundo Luiz Beltrão (1980, p. 55), o artigo de fundo é o protótipo do editorial, publicado na abertura da página opinativa ou na primeira página do jornal (caso comum nos jornais anarquistas).

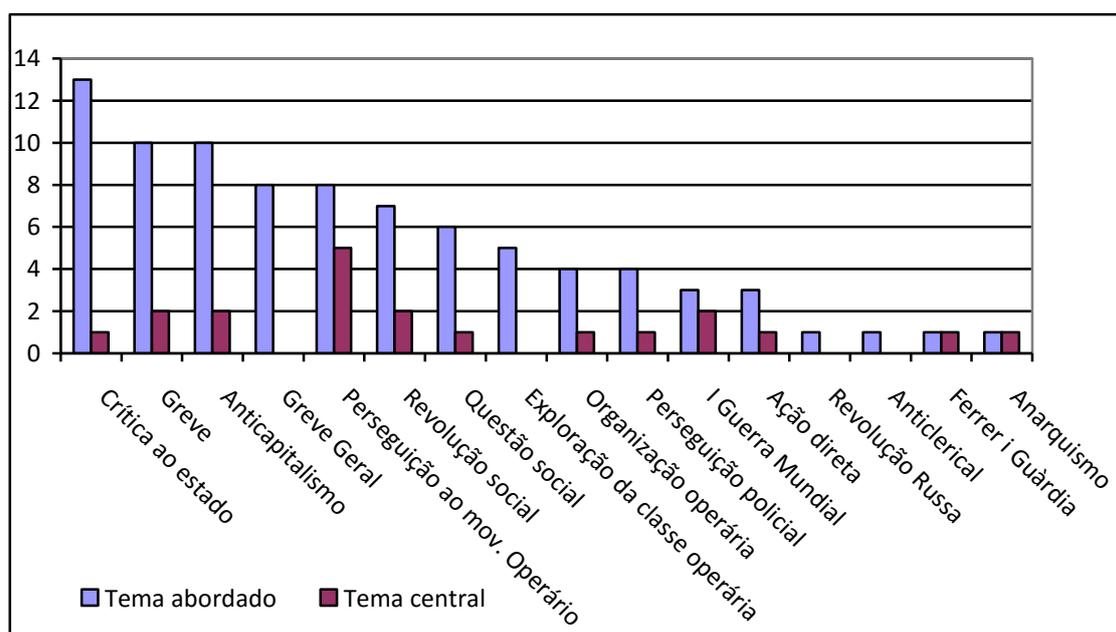
¹⁰ Os exemplares por nós estudados estão digitalizados e disponibilizados no site da Biblioteca Terra Livre (<https://bibliotecaterralivre.noblogs.org/biblioteca-virtual/jornais/a-plebe/>).

¹¹ Questão social era o termo utilizado na época para designar as diversas dificuldades vividas pelos trabalhadores, como carestia de vida, problemas habitacionais, entre outros.

social, organização operária, perseguição policial, I Guerra Mundial, ação direta, a execução de Francesc Ferrer i Guàrdia¹² e anarquismo.

A presença dos temas abordados e dos temas principais de cada artigo é representada graficamente abaixo:

Gráfico I – Temas abordados em *A Plebe*



Como é possível notar no **Gráfico I**, entre os temas mais abordados estão a crítica ao estado, que aparece em 13 artigos; a greve e o anticapitalismo, com dez aparições cada. Outra característica que marca esses temas são a sua permanência ao longo de todo o período estudado. A crítica ao estado e o anticapitalismo surgem desde a primeira edição de *A Plebe*, com o artigo *Rumo a revolução social*¹³, mantendo-se presente até a última edição, com a publicação de *Qued veritas?*¹⁴. Por sua vez, a greve é tema pela primeira vez na terceira edição, ao falar dos primeiros sinais de levante popular no Brasil e dos movimentos paredistas no artigo *Não tardará a vindicta da plebe*¹⁵. Com o aumento das greves na

¹² Francesc Ferrer i Guàrdia foi um pedagogo libertário catalão e criador da Escola Moderna. Nascido em 1859, Ferrer i Guàrdia foi executado em Barcelona, em 1909, acusado de ser o mentor intelectual de uma série de protestos na Espanha conhecidos como Semana Trágica.

¹³ LEUENROTH, Edgard. Rumo à Revolução Social. *A Plebe*, n. 1, São Paulo, 9 jun. 1917, p. 1.

¹⁴ PRADO, Octávio. Qued veritas?. *A Plebe*, n. 19, São Paulo, 30 out. 1917, p. 1.

¹⁵ LEUENROTH, Edgard. Não tardará a vindicta da plebe. *A Plebe*, n. 3, São Paulo, 23 jun. 1917, p. 1.

capital paulista e consequente greve geral, o tema torna-se presença constante entre a quinta edição¹⁶ até a décima quarta edição¹⁷. A única exceção foi o artigo *Situação operária*¹⁸, publicado na décima primeira edição, de 25 de agosto, tratando da organização operária no Brasil e no mundo.

Com presença menor, provocada por sua especificidade como a materialização espaço-temporal do tema greve, a Greve Geral aparece em oito artigos de fundo, entre a sexta e a décima quarta edição. Outro assunto que merece destaque é a perseguição ao movimento operário, que é publicada em oito edições. A presença de tal tema acontece em dois momentos: o primeiro pouco depois da Greve Geral, nas edições de número 7 (28 de julho de 1917) e 8 (4 de agosto de 1917), cujos artigos de fundo fazem análises da greve geral paulistana sob os títulos *A revolta proletária* e *A propósito do levante obreiro*; e a partir da décima segunda edição, de primeiro de setembro, até a décima quinta, período no qual o movimento operário e os militantes ligados a ele foram duramente perseguidos pelo estado, resultando em prisões, deportações e no empastelamento da gráfica de *A Plebe* e da destruição da edição do dia 15 de setembro, além da prisão de seu editor Edgard Leuenroth¹⁹. Sobre a perseguição ao movimento operário, vale ainda destacar que ela não é diretamente associada nos artigos de fundo à perseguição policial, visto que esse tema é tratado em apenas quatro artigos, nas edições de número 7, 8, 18 e 19.

Quanto aos temas principais de cada artigo de fundo analisado, também representados na **Gráfico I**, nota-se uma menor concentração de temas. Apesar da perseguição ao movimento operário ser tema central em cinco dos 19 artigos de fundo analisados, outros 11 temas são centrais em 14 edições. Revolução social (primeira e terceira edição), I Guerra Mundial (segunda²⁰ e quarta edição²¹) e greve (quinta e sexta edição²²) aparecem duas vezes cada, enquanto crítica ao estado (sétima edição²³), perseguição policial (oitava edição²⁴), ação direta (nona edição²⁵), questão social (décima edição²⁶), organização

¹⁶ CARVALHO, Florentino. O porquê das greves. **A Plebe**, n. 5, São Paulo, 9 jul. 1917, p. 1.

¹⁷ PRISÃO do nosso diretor como supposto mandatário desse acto de Justiça popular! **A Plebe**, n. 14, São Paulo, 22 set. 1917, p. 1.

¹⁸ CADETE, Andrade. Situação operária. **A Plebe**, n. 11, São Paulo, 25 ago. 1917, p. 1.

¹⁹ Edgard Leuenroth só sairia da prisão em março de 1918, depois de ser absolvido pelo júri.

²⁰ TORREZÃO, Bazilio. Em nome do Povo, não! **A Plebe**, n. 2, São Paulo, 16 jun. 1917, p. 1.

²¹ FEIJÓ, Roberto. Cortezia oriental. **A Plebe**, n. 4, São Paulo, 30 jun. 1917, p. 1.

²² O PROLETÁRIO em revolta afirma o seu direito à vida. **A Plebe**, n. 6, São Paulo, 21 jul. 1917, p. 1.

²³ SOARES, R. Lição dos factos. **A Plebe**, n. 7, São Paulo, 28 jul. 1917, p. 1.

²⁴ ROULE, Jean. Obediência passiva e disciplina militar. **A Plebe**, n. 8, São Paulo, 4 ago. 1917, p. 1.

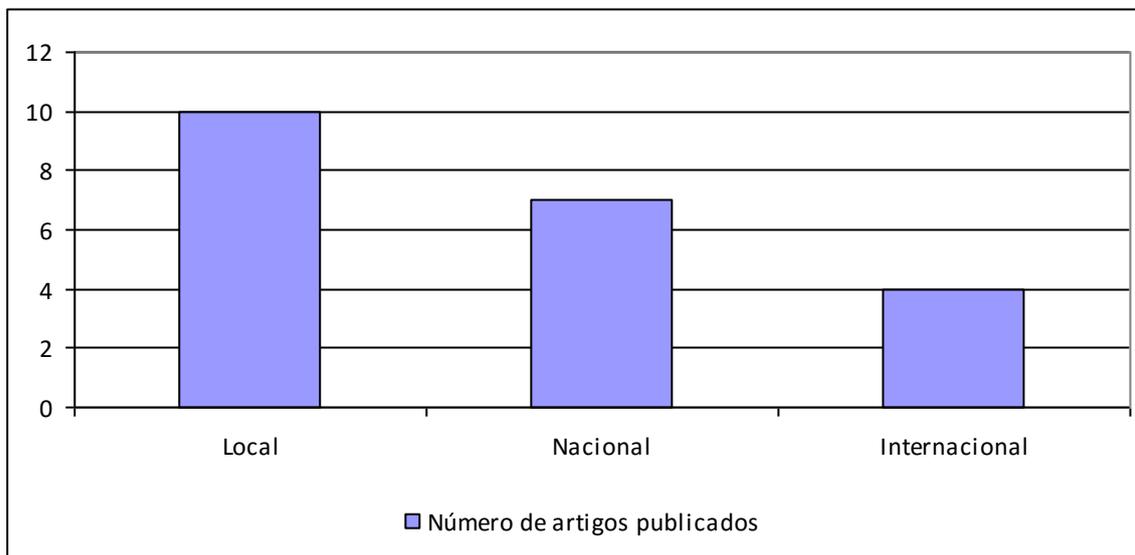
²⁵ A. A acção directa. **A Plebe**, n. 9, São Paulo, 11 ago. 1917, p. 1.

²⁶ A PLEBE. O problema das subsistências. **A Plebe**, n. 10, São Paulo, 18 ago. 1917, p. 1.

operária (décima primeira edição), anticapitalismo (décima sexta edição²⁷), assassinato de Ferrer i Guàrdia (décima sétima edição²⁸) e anarquismo (décima nona edição) são temas centrais apenas uma vez. Das cinco edições onde o artigo de fundo de *A Plebe* tem como tema a perseguição ao movimento operário, quatro delas, da décima segunda²⁹ à décima quinta³⁰, estão dentro do período de repressão ao movimento operário paulista ligado à Greve Geral. Tal tema volta a ser central na décima oitava edição, do dia 21 de outubro, quando Andrade Cadete trata dos militantes que permaneciam presos no artigo *Ao direito da força, opponhamos a força do direito*³¹.

Por fim, cabe destacar a localização dos temas abordados nos artigos de fundo analisados. Para tanto, classificamos os artigos em três categorias: internacional, para acontecimentos fora do Brasil; nacional, para aqueles que dizem respeito a fatos ocorridos em todo território nacional ou que fazem referência a classes nacionais; e local, que se referem aos fatos ocorridos na capital paulista. Desta análise, extraímos o seguinte gráfico:

Gráfico II – Localização dos temas



²⁷ KOENINGSTEIN RAVACHOL. Declarações de Ravachol. *A Plebe*, n. 16, São Paulo, 7 out. 1917, p. 1.

²⁸ CADETE, Andrade. Lembrando. *A Plebe*, n. 17, São Paulo, 14 out. 1917, p. 1.

²⁹ A PLEBE. Desmascarando tartufos. *A Plebe*, n. 12, São Paulo, 1 set. 1917, p. 1.

³⁰ ONDE está a liberdade de pensamento?. *A Plebe*, n. 15, São Paulo, 30 set. 1917, p. 1.

³¹ CADETE, Andrade. Ao direito da força, opponhamos a força do direito. *A Plebe*, n. 18, São Paulo, 21 out. 1917, p. 1.

Os quatro artigos que trazem temas internacionais estão bem distribuídos ao longo da primeira fase de *A Plebe*. Na quarta edição é abordada a I Guerra Mundial; na décima primeira debate-se a organização operária em todo o mundo; na décima sexta edição o artigo de fundo publica uma carta do anarquista ilegalista francês François Claudius Koëningstein, mais conhecido como Ravachol, condenado à morte em 1892 por uma série de atentados à bomba; e na décima sétima edição o artigo de fundo é dedicado aos oito anos do assassinato do educador libertário Francesc Ferrer i Guàrdia. Vale notar que apesar de publicar a carta de Ravachol sem contextualizar, podemos inferir que seu objetivo é dialogar com os acontecimentos paulistas, onde diversos militantes anarquistas encontravam-se presos por suas ações e ideias.

Já os temas nacionais e locais intercalam-se ao longo das demais edições. Os primeiros artigos de fundo de *A Plebe* tratam majoritariamente de temas nacionais, estando presentes nas edições de número 1, 2, 3 e 5, que abordam temas mais gerais, como revolução social (primeira e terceira edição), greve (quinta edição) e a entrada do Brasil na I Guerra Mundial (segunda edição). Com a eclosão da Greve Geral em 12 de julho e suas consequências para o movimento operário paulista, os artigos de fundo das edições de número 6 a 15 são marcadamente locais, com exceção da nona e décima primeira edição, que abordam temas nacionais e internacionais. Os fatos paulistanos voltam a aparecer no artigo de fundo somente nas duas últimas edições, sendo que na última divide espaço com fatos nacionais, ao abordar o movimento anarquista.

Considerações finais

Tendo em vista que os temas abordados pelos artigos de fundo que abrem as 19 edições da primeira fase de *A Plebe* colocam em questão assuntos e perspectivas que escapam do temário e do enquadramento das mídias tradicionais, como a crítica ao estado, o anticapitalismo, a greve e a perseguição ao movimento operário, a revolução social, a exploração da classe trabalhadora, entre outros, podemos afirmar que seu discurso é antiautoritário, enquadrando-se no que Grinberg definiu como comunicação alternativa.

Dentro desse quadro, é importante notar que os 16 temas abordados nos artigos analisados são em sua totalidade antiautoritários, o que fez com que *A Plebe* levasse ao seu público um discurso marcadamente contra-hegemônico, que buscava promover a conscientização do

operariado de sua condição de explorado pelo estado, pela Igreja e pelo capital, tal qual afirmava Leuenroth (1917, p. 1) já no primeiro artigo de fundo do jornal.

O levantamento sobre a localização do tema abordado nos editoriais também demonstra uma forte ligação com seu público direto, isto é, a classe operária paulistana e, em um segundo momento, nacional. Mesmo quando assuntos internacionais são abordados, nota-se uma tentativa de relacioná-los com a realidade brasileira, seja na carta de Ravachol, publicada em meio às perseguições ao movimento operário paulistano, seja ao abordar a Revolução Russa ou o assassinato de Ferrer i Guàrdia.

Assim podemos afirmar que, mesmo que o conceito de comunicação alternativa tenha se originado das experiências latino-americanas no período em que diversos países viviam sob regimes ditatoriais, nos anos 1960 e seguintes, notamos que suas características centrais de conteúdo contra-hegemônico e discurso antiautoritário são compartilhadas por jornais publicados antes deste período, como é o caso de *A Plebe*.

REFERÊNCIAS

BARROS FILHO, Clovis. **Ética na comunicação**: da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª ed. 6ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

GRINBERG, Máximo Simpson. Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades. In: GRINBERG, Máximo Simpson (org.). **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!**: memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2001. Edição digital: EccentricDuo.

LEUENROTH, Edgard. Rumo à Revolução Social. **A Plebe**, São Paulo, 9 jun. 1917, p. 1. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/mhJyRhtT/Fase_01_ano_01_n01_09-06-1917.html>. Acesso em: 14 abr. 2015.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

RODRIGUES, Edgar. **Pequena História da Imprensa Social no Brasil**. Florianópolis: Insular, 1997.

RODRIGUES, Marcos Aurélio Santana. Anarquismo e imprensa operária do Rio de Janeiro na Primeira República. In: ADDOR, Carlos Augusto; Deminicis, Rafael (Org.). **História do Anarquismo no Brasil**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.